

Negociações para o texto final emperram

Países ainda não se entendem nos temas mais polêmicos da Conferência de Durban

JOSÉ MARIA MAYRINK
Enviado especial

DURBAN – As negociações entre europeus, árabes e africanos para tentar salvar a Conferência Mundial contra o Racismo, que ocorre em Durban, na África do Sul, entraram ontem em uma etapa crítica. “Estamos tentando chegar a um consenso sobre o Oriente Médio”, disse o porta-voz do governo Belga, Koen Vervaeke, cujo país exerce a presidência rotativa da União Européia (UE). Eles reclamam, no entanto, da intransigência dos países árabes.

Desde as reuniões preparatórias da conferência, os europeus se opuseram categoricamente a qualquer condenação de Israel na declaração final. O projeto para o texto, apresentado pela África do Sul, menciona o sofrimento do povo palestino. Este assunto está sendo discutido pelo Grupo dos Cinco – Bélgica, Noruega, África do Sul, Namíbia e Liga Árabe (representada por um delegado palestino) – que para a UE representa uma base de negociação aceitável.

A declaração deve dar também uma definição genérica do que são vítimas de discriminação, mas não fornecerão a lista dessas vítimas. O grupo de trabalho que estuda a questão, um dos três itens mais complicados da reunião, chegou à conclusão de que a relação seria interminá-

vel e o consenso, impossível. As pressões, no entanto, continuam, pois alguns movimentos e entidades exigem que haja referência explícita a sua situação.

É o caso, por exemplo, dos homossexuais, uma delegação pequena, mas muito atuante, que participa ativamente das discussões. No começo da tarde de ontem, um grupo de 25 gays, lésbicas e travestis agitou o recinto do Centro Internacional de Convenções – onde teoricamente seria proibido fazer manifestações – para divulgar a sua lista de vítimas.

“Queremos a adoção de uma lista que enumere explicitamente os casos de discriminação por raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica, sexo, gênero, orientação sexual, língua, religião, opinião política ou outra, origem social, pobreza, nascimento, cultura, nacionalidade, status social e econômico, deficiência, idade, HIV/Aids ou outras condições de saúde, trabalho”, dizia um manifesto distribuído pelos homossexuais.

Sem entrar na análise dessa lista, à qual sempre seria possível acrescentar novas situações, o grupo de trabalho concentrou-se na busca de uma definição. “Vítimas são indivíduos ou grupos negativamente afetados ou que possam vir a ser sujeitos de atos de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância conexa”, propõe o rascunho do texto a ser votado. Nada certo ainda, pois os debatedores estão tropeçando na expressão “negativamente”. Além de ser considerado pejorativo para ser usado numa conferência que discu-



O ator americano Danny Glover, ontem, em uma vigília contra mudanças na Declaração de Durban

te, entre outros temas, a discriminação contra os negros, o advérbio “negativamente” parece contraditório e dispensável. “Como é que um indivíduo poderia ser afetado positivamente pela discriminação?”, pergunta o brasileiro Cláudio Nascimento, da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, que representa 72 entidades no País.

Reparação – Há dificuldades também na discussão sobre a questão da reparação que seria devida aos afrodescendentes e aos herdeiros de minorias que foram vítimas do colonialismo nos séculos passados. “Os europeus não querem ouvir falar em indenização”, observou o embaixador Gilberto Saboia, chefe da delegação do Brasil, que preside o

grupo encarregado do tema.

“Argumenta-se que, na época em que houve escravidão e tráfico de escravos, esses atos não eram tipificados como crimes”, explicou o conselheiro Marcos Pinta Gama, ao apresentar um resumo do andamento das negociações para delegados brasileiros. A saída seria, informou o diplomata, o documento dizer que, se ocorressem atualmente, escravidão e tráfico seriam considerados crimes contra a humanidade.

A advogada Dora Lúcia Bertulio, de Florianópolis, que participa da Conferência contra o Racismo pelo Núcleo de Estudos Negros (NEN), estranha que europeus não queiram discutir a questão da reparação, por acharem que seria uma compensação para os países afri-

canos e não para os descendentes das vítimas da escravidão. “Qual seria o problema, se os indivíduos também recebessem uma compensação?”, perguntou a advogada.

Na realidade, os negros não seriam as únicas vítimas. “Os índios também teriam de receber uma compensação”, lembrou Pinta Gama, explicando por que os europeus resistem tanto às idéias. E não é só isso: as exigências seriam ainda mais amplas, se fosse aprovada a proposta do bloco africano, que apresenta uma lista de 15 reivindicações.

Do cancelamento imediato e automático da dívida ex-

terna à transferência de tecnologia e à garantia de investimentos em programas sociais, a relação dos africanos procura comprometer os antigos colonizadores em ações indenizatórias para as próximas décadas. Essas ações seriam consequência da admissão, pelos europeus, de que o colonialismo foi um crime praticado contra os países colonizados.

Ameaça – A União Européia considera que pedir desculpas pelo colonialismo gera reparação, disse um dos negociadores brasileiros que discute a questão. Por isso, nenhum país europeu concorda com a inclusão dessa exigência no texto da Declaração e do Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo. Cada vez que expressões como racial, colonialismo e crime de lesa-humanidade aparecem na discussão, os delegados europeus ameaçam ir embora.

Às 18h de ontem, os negros sul-africanos fizeram uma passeata à luz de tochas para exigir reparação pelas consequências do racismo e da escravidão. “Depois da retirada das delegações dos Estados Unidos e de Israel, estamos fazendo tudo para segurar os europeus, que cada noite discutem se voltarão no dia seguinte”, revelou Pinta Gama, o número 2 no grupo chefiado pelo

embaixador Saboia. A adesão da União Européia, do Canadá e da Austrália será fundamental para o êxito da conferência de Durban, em boa parte já esvaziada com a saída dos norte-americanos. (Com AFP)

EUROPEUS
NÃO QUEREM
DISCUTIR
REPARAÇÃO

GAYS
AGITAM
RECINTO
'PROIBIDO'